



Biodiversidade Brasileira

Editorial

Diagnóstico e Manejo de Áreas Úmidas em Áreas Protegidas

Wolfgang J. Junk¹, Cátia Nunes da Cunha¹ & Suelma Ribeiro²

Nesta edição temática, encontram-se artigos que apresentam e discutem propostas para subsidiar o conhecimento e o manejo das áreas úmidas em unidades de conservação (UCs).

Áreas protegidas podem gerar múltiplas formas de valor para a sociedade. Porém, é necessário o reconhecimento dos valores de muitas UCs para o fortalecimento das políticas de áreas protegidas. Nesse sentido, Gamarra *et al.* trazem a discussão sobre áreas protegidas como uma forma especial de ativos e propõem uma estrutura que possa ser incorporada aos planos de manejo de parques nacionais, sobretudo às áreas úmidas. O reconhecimento de diferentes categorias de ativos relacionados à natureza pode fazer com que as UCs se tornem mais visíveis, contribuindo para divulgar a sua importância para a sociedade brasileira, assim como para motivar o seu estabelecimento ao longo do tempo.

Um modelo de uso múltiplo como alternativa de uso sustentável das áreas úmidas savânicas é proposto por Paixão *et al.*, com o objetivo de promover a integração da paisagem, da biodiversidade e de outros serviços ambientais à atividade econômica principal: pecuária extensiva, pesca e/ou turismo. Entendemos que esses diversos usos podem ser integrados por meio da ampliação da rede de unidades de conservação da região, incorporando outras categorias e estratégias de conservação.

Dois artigos chamam atenção para a proteção da biodiversidade das áreas úmidas. Correa aponta o papel fundamental dos peixes frugívoros na estruturação das comunidades de plantas nas áreas úmidas da América do Sul. Porém, fatores como o desmatamento e as mudanças climáticas ameaçam a manutenção da interação entre peixes frugívoros e florestas inundadas. Crema *et al.* destacam a necessidade de proteção dos igapós de águas pretas na Amazônia brasileira e mostram que somente 49,2% das espécies de herbáceas inventariadas nessas áreas estão presentes em unidades de conservação. Esses resultados indicam a necessidade de se ampliarem os mecanismos de inclusão das áreas úmidas no planejamento de conservação da biodiversidade.

Afiliação

¹ Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INCT/INAU).

² Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado (CBC/ICMBio).

E-mails

wjj@evolbio.mpg.de, biocnc@gmail.com, suelma.ribeirosilva@gmail.com



No Pantanal, Silva traz a discussão sobre o manejo do gado e a retirada mecânica das plantas lenhosas envolvendo o uso do fogo, denominada tradicionalmente de “limpeza de campo”. Propõe normatizar essa prática como uma ferramenta empírica de restauração ecológica para manutenção das comunidades herbáceas. A invasão das comunidades herbáceas por plantas lenhosas ou adensamento é um fenômeno conhecido globalmente em savanas, que implica redução da diversidade de espécies e mudanças na estrutura da vegetação. A falta de manejo adequado do fogo e os efeitos das mudanças climáticas estão entre os principais fatores que dirigem o adensamento, o qual está presente também em várias unidades de conservação no Brasil.

Em ecossistemas naturais, a ciclagem de nutrientes ocorre especialmente por meio da decomposição de serapilheira, que determina a qualidade e a quantidade de nutrientes liberados pela vegetação. Esse processo é importante para a manutenção dos ecossistemas, sendo, por isso, adotado como um indicador de integridade ecológica. Nesse sentido, destaca-se o estudo de Costa *et al.*, que mostra a contribuição da serapilheira como fonte de nutrientes para os campos inundáveis no Pantanal. Esses resultados corroboram para ampliar o conhecimento sobre os processos ecológicos relacionados à ciclagem de nutrientes, fornecendo subsídios para a conservação e o manejo das áreas úmidas.

Os artigos de Nunes e de Gonçalves *et al.* apresentam tecnologias para analisar e caracterizar mudanças temporais na paisagem na região do Pantanal, bem como para delimitar os macro-habitat existentes e dimensionar espacialmente o avanço de espécies invasoras na região. Esses resultados representam um avanço geotecnológico que pode auxiliar os gestores das unidades de conservação no processo de mapeamento das áreas úmidas e de controle de espécies invasoras, que são demandas da estratégia nacional de áreas úmidas.

Esperamos que esse número temático desperte nos gestores de unidades de conservação, nos analistas ambientais e pesquisadores, a necessidade de desenvolvimento de ações que possam mudar o *status* de conhecimento e de proteção das áreas úmidas nas unidades de conservação no Brasil.